

A relação entre criança e natureza na Educação Infantil: um estado do conhecimento

The relationship between children and nature in preschool education: a state of knowledge

Débora Ferreira Martins^{1,2} , Alexandra Ferreira Martins Ribeiro^{3*} , Valquíria Elita Renk^{3,4}

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Programa de Pós-graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGFCET), Curitiba, PR, Brasil

² Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Curitiba, PR, Brasil

³ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH), Curitiba, PR, Brasil

⁴ Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Programa de Pós-graduação em Bioética (PPGB), Curitiba, PR, Brasil

COMO CITAR: MARTINS, D. F.; RIBEIRO, A. F. M.; RENK, V. E. A relação entre criança e natureza na Educação Infantil: um estado do conhecimento. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 20, e19171, 2025. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1917101>

Resumo

A relação que as crianças estabelecem com a natureza oportuniza a elas reconhecer o mundo, ampliar suas investigações e experiências. Com essa perspectiva, pesquisadores têm se debruçado sobre o tema e disseminado seus resultados. Sendo assim, esse artigo objetivou inventariar as pesquisas publicadas que tratam da relação criança e natureza na Educação Infantil que estão dispostas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Valendo-se da metodologia estado do conhecimento, foram selecionadas e analisadas 16 publicações científicas. As teses, dissertações e artigos que trataram da relação da criança com a natureza discutiram – sob aspectos teóricos, legais e práticos – a cultura das crianças em cidades na contemporaneidade; a criança cidadã de direitos; a relação criança e natureza na Educação Infantil.

Palavras-chave: educação infantil; infância; elementos naturais; criança; natureza.

Abstract

The relationship that children establish with nature gives them the opportunity to recognize the world and expand their investigations and experiences. With this perspective, researchers have looked into the topic and disseminated their results. This article aimed to inventory the published research that deals with the relationship between children and nature in preschool education and that are available on the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Using the state of knowledge methodology, 16 scientific publications were selected and analyzed. The theses, dissertations and articles, which dealt with children's relationship with nature, discussed – from theoretical, legal and practical aspects – the culture of children in contemporary cities; the child as a citizen with rights; the relationship between children and nature in preschool.

Keywords: child education; infancy; natural elements; child; nature.

INTRODUÇÃO

O termo criança pode apresentar vários conceitos em sua historicidade. Friedmann (2020) ressalta que a concepção de criança, ao longo do tempo, possui percurso social, cultural, histórico, educacional, em transformação e construção, segundo as definições demográficas e condições de vida, em olhares diversos sobre as infâncias e conquistas de políticas públicas para seus direitos, reconhecendo-a cidadã atuante em sociedade democrática. Apesar da multiplicidade de conceitos, nesse artigo, a criança é compreendida como ator social histórico de direitos que, nas relações multiculturais da vida cotidiana, constrói sua identidade pessoal e coletiva ao brincar, imaginar, fantasiar, criar, desejar, aprender, observar, experimentar, narrar e questionar, produzindo cultura e ressignificando compreensões de si, dos outros e do mundo.

***Autor correspondente:**

alexandrafmribeiro@gmail.com

Submetido: Abril 01, 2024

Revisado: Maio 15, 2025

Aprovado: Junho 02, 2025

Fonte de financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Não aplicável.

Disponibilidade de dados: Os dados de pesquisa estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes.

Trabalho realizado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, PR, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

No que tange à conceituação de natureza, consideraram-se as assertivas de Louv (2016) e Tiriba (2017). Natureza, palavra “[...] que vem do latim, *natura* – nascimento, constituição, caráter, curso das coisas – e, para além de *natura*, *nasci* – nascer” (Louv, 2016, p. 30). A natureza, como conceitua Tiriba (2017), é a força primordial que não apenas originou, mas também mantém a ordem natural de tudo o que existe; é a essência da vida, responsável por criar todos os seres que compõem o Universo; é a dinâmica que impulsiona os seres, uma força espontânea que gera ciclos de vida que ela mesma criou. No que se refere à palavra sob a perspectiva infantil, Louv (2016) atesta que a natureza causa deslumbramento, encantamento e até mesmo o espanto, com propósitos mais profundos em desenvolver o limite, o respeito, a liberdade, a privacidade ou uma paz à parte. Dessa forma, esse artigo corrobora com as conceituações de natureza apresentadas e compreende que, na relação com elementos naturais, as crianças se doam e atribuem diversos significados sobre a palavra natureza.

Quanto à Educação Infantil, primeira modalidade da Educação Básica, nesse artigo, considera-se a finalidade dessa modalidade de ensino em cuidar e educar crianças de zero aos cinco anos de idade. A Educação Infantil se articula em dois eixos estruturantes, “brincadeiras e interações”, que promovem vivências e experiências desenvolvendo aspectos sociais, físicos, motores, cognitivos e emocionais, fomentando investigações e descobertas às crianças. Ademais, como salienta Tiriba (2017), é no âmbito de instituição de Educação Infantil que as crianças convivem com outras pessoas fora do círculo familiar e lidam com a diversidade sociocultural, o que enriquece sua identidade pessoal e potencializa a sua existência no mundo. Assim, compreende-se que a relação da criança com a natureza pode ser promovida na Educação Infantil.

A relação que as crianças estabelecem com a natureza permite para elas conhecer o mundo, ampliar suas investigações e experiências. Essas relações entre criança e natureza podem se estabelecer por meio de brincadeiras e interações, o que as leva a criar brinquedos e brincar com os elementos naturais presentes nos espaços e tempos das instituições educacionais. Esse processo engloba a cultura das infâncias e a cultura científica, e permeia as relações entre crianças e elementos naturais, em uma educação ao livre com e na natureza desde a primeira infância. Nesse sentido, compreende-se que é possível identificar a relação entre criança e natureza mesmo na Educação Infantil.

Na proposta de Bachelard (1988), a construção do conhecimento ocorre por meio da experiência vivida e refletida. Nessa perspectiva, o processo de investigação envolve uma imersão profunda no mundo dos sentidos e das percepções, que permite atribuir significados e compreender a complexidade da existência. A abordagem fenomenológica dialética do imaginário, proposta por Bachelard, se aplicada na relação criança e natureza, destaca a importância de permitir que as crianças experimentem e explorem o ambiente natural, encorajando uma conexão densa e pessoal com a natureza. Essa relação pode estimular a curiosidade, criatividade e a reflexão acerca da beleza poética e complexidade do mundo natural, permitindo a construção do conhecimento.

No entendimento de Piorski (2016), é possível valer-se da fenomenologia das imagens poéticas proposta por Bachelard (1988) como uma perspectiva de compreender a relação complexa entre criança e natureza. As crianças, em seus contextos investigativos com os elementos naturais, criam relações que remetem a um mundo de significados e experiências sensoriais, o que propicia conhecer as potencialidades e as lacunas dessa relação, no que se refere às aprendizagens e ao desenvolvimento pleno das crianças da primeira infância.

Há de se considerar nessa relação criança e natureza as necessidades contemporâneas da primeira infância. Segundo Friedmann (2020), a primeira infância contemporânea engloba necessidades antropocêntricas e mercadológicas, pois na relação com a natureza se estabelece uma conexão exploratória dos recursos, de alteração ou perpetuação dos ambientes. Os desafios postos nessa relação estão levando a humanidade a refletir quanto às suas ações, seu habitar e pertencer no mundo, assim como sobre sua convivência com a biodiversidade do entorno do qual faz parte. Tais reflexões precisam ser vivenciadas desde a primeira infância. Desafios e possibilidades podem ser originados do processo de reflexões originadas da relação entre criança e natureza na primeira infância. Entre as possibilidades, no entendimento de Tiriba (2017), a relação entre criança e natureza em uma perspectiva socioambiental

procurará desenvolver vivências e experiências oníricas e telúricas, em contextos naturais e promoverá a formação de crianças responsáveis ambientalmente. Contudo, é preciso considerar que crianças vivem em diferentes contextos sociais, econômicos, ambientais, históricos, geográficos e culturais. Alguns contextos nem sempre permitem às crianças o acesso a ambientes naturais adequados para sua exploração, descoberta e reflexão, como as crianças que vivem nos grandes centros urbanos e que podem não ter contato com os diversos tipos de biomas existentes, por exemplo.

Outro desafio posto é a necessidade de uma eficaz mediação a fim de promover estímulos, reflexões e descobertas. É preciso que o educador da primeira infância propicie oportunidade e orientação adequada para que na relação da criança com a natureza ocorram interações significativas, que promovam a construção do conhecimento e o desenvolvimento pleno da criança. Nas instituições de Educação Infantil, é o professor que promoverá vivências e experiências – no âmbito dos contextos de investigação com os elementos naturais, na relação “Criança e Natureza” – e que possibilitará às crianças levantarem hipóteses sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Por meio de publicações científicas, é possível vislumbrar práticas eficazes de professores da Educação Infantil na relação criança e natureza.

Diante do exposto, essa pesquisa objetivou inventariar as pesquisas publicadas que tratam da relação criança e natureza na Educação Infantil e que estão dispostas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para tanto, foram selecionadas teses, dissertações e artigos dispostos na plataforma, publicados entre os anos de 1999 e 2023, que tratassem da relação criança e natureza na Educação Infantil. Ademais, objetivou-se sistematizar e examinar os enfoques priorizados nas pesquisas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, cuja metodologia utilizada foi do tipo estado do conhecimento, a qual possibilitou a seleção, organização e análise dos documentos coletados.

A escolha de utilizar o Portal de Periódicos da CAPES como fonte de pesquisa está fundamentada em sua qualidade, diversidade e abrangência, que proporcionam aos usuários ampla gama de recursos para consulta e estudo. O Portal de Periódicos da CAPES é demarcado como “[...] uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional” (Brasil, 2025). O Portal de Periódicos da CAPES, financiado inteiramente pelo governo federal, objetiva reduzir os desnivelamentos regionais no acesso à informação científica no Brasil. Além dos mais de 45 mil títulos com texto completo e das 130 bases referenciais, o Portal de Periódicos da CAPES oferece ampla variedade de recursos, incluindo livros, enciclopédias, obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Essa diversidade de materiais permite aos usuários encontrar informações relevantes para suas pesquisas e estudos em diversas áreas do conhecimento.

Apesar da vasta possibilidade de materiais disponibilizados na plataforma, essa pesquisa optou por inventariar teses, dissertações e artigos publicados em periódicos e que se encontram no Portal de Periódicos da CAPES. Apreciou-se que teses e dissertações passam por uma banca examinadora composta por doutores que visam garantir a qualidade e o rigor teórico-metodológico e que, após a aprovação e trâmites burocráticos de cada programa de pós-graduação, tais produções científicas estão disponíveis nos repositórios online. Ademais, considerou-se que os periódicos são espaços de curadoria e difusão de valores para a produção, características importantes em tempos do aumento da produção online, como salienta Araujo (2021). Vale ressaltar que os artigos científicos publicados em periódicos qualificados passam por um processo rigoroso de avaliação por pares que validam as publicações. Além disso, salienta-se que os caminhos e resultados científicos divulgados nos periódicos de credibilidade são passíveis à acessibilidade, à interoperacionalidade, à verificação e à reutilização. Tais questões justificam a escolha por qual material seria analisado.

Sobre a metodologia utilizada, do tipo estado do conhecimento, algumas considerações metodológicas precisam ser levadas em consideração. Primeiramente, Romanowski e Ens (2006) delineiam que por meio do estado do conhecimento pode-se ter um panorama acerca dos conhecimentos que se têm construído em uma dada área ou temática. As pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” tratam de uma metodologia de caráter inventariante e descritiva da produção acadêmica e científica sob uma dada área do conhecimento, como salienta Ferreira (2002). No momento da coleta e análise dos dados, essa

metodologia fez uso de categorias que emergem da relação com o fenômeno estudado. A ordenação e sistematização dos dados, oriundas do estado do conhecimento, proporcionam ao pesquisador vislumbrar as contribuições de outros pesquisadores, identificar lacunas, características e perspectivas advindas da produção científica. Portanto, para constituir a sistematização dos artigos disponíveis na plataforma CAPES, que tratam do tema “Criança e Natureza” na Educação Infantil, optou-se pela metodologia do tipo estado do conhecimento. Entende-se a relevância do estudo pela importância em situar e debater quanto ao que se tem produzido, assim como para dar subsídio ao direcionamento para novos estudos.

Como resultado, foram analisados, entre teses, dissertações e artigos, 16 publicações científicas que abordaram a relação criança e natureza na Educação Infantil. As publicações selecionadas abordaram a temática, contemplando as discussões teóricas, conceituais e legais, bem como práticas de professores na Educação Infantil. Ademais, emergiram da análise dessas pesquisas as categorias denominadas a cultura das crianças em cidades na contemporaneidade; a criança cidadã de direitos; e a relação criança e natureza na Educação Infantil. Tais categorias compõem subdivisões neste artigo e serão melhor explicadas posteriormente.

CAMINHOS DA PESQUISA: A RELAÇÃO ENTRE CRIANÇA E NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A coleta de dados foi elaborada no mês novembro de 2023 no Portal de Periódicos da CAPES. Ao utilizar o descritor “Criança AND Natureza”, foram encontradas 31 teses e dissertações. Quanto aos artigos, após empregar o descritor “Criança AND Natureza AND Educação Infantil” e o filtro “periódicos revisados por pares”, foram localizados 165 artigos. Nesse primeiro momento, foram encontrados 296 trabalhos.

Num segundo momento, iniciou-se a seleção das pesquisas que seriam analisadas em profundidade. A partir da identificação desse material, foi necessário fazer a leitura dos resumos no intuito de identificar artigos, teses e dissertações que tratavam explicitamente da relação criança e natureza na Educação Infantil. Tal análise resultou na seleção de 7 artigos, 2 teses e 7 dissertações que se encontram dispostos no Quadro 1 – Demonstrativo da pesquisa com a seleção de trabalhos acadêmicos que abordam a relação entre criança e natureza na Educação Infantil.

Quadro 1. Demonstrativo da pesquisa com a seleção de trabalhos acadêmicos que abordam a relação entre criança e natureza na Educação Infantil.

Título do Trabalho	tipo	Autor
O ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em Educação Infantil	Artigo	Elali (2003)
Infâncias em Educação Infantil	Artigo	Abramowicz, Levcovitz e Rodrigues (2009)
O diálogo entre aspectos da cultura científica com as culturas infantis na Educação Infantil	Tese	Ruffino (2012)
O brinquedo e a imaginação da terra: um estudo das brincadeiras do chão e suas interações com o elemento fogo	Dissertação	Piorski (2013)
A criança e a natureza: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores	Dissertação	Lima (2015)
Formação e assimilação de conceitos científicos com abordagem da educação ambiental na Educação Infantil	Dissertação	Weirich (2015)
Os espaços externos como possibilidade de múltiplas experiências na Educação Infantil	Artigo	Monteiro e Rodrigues (2015)
Criança e a experiência afetiva com a natureza: as concepções nos documentos oficiais que orientam e regulam a Educação Infantil no Brasil	Tese	Santos (2016)
Educação Infantil: a cidade, o currículo, a cultura digital	Artigo	Silva e Almeida (2016)
A Educação Infantil como direito e alegria	Artigo	Tiriba (2017)
Ensino de Ciências e Arte: um debate necessário na formação de professores da Educação Infantil	Dissertação	Rossi (2018)

Quadro 1. Continuação...

Título do Trabalho	tipo	Autor
Implantação de uma cozinha de lama na escola de Educação Infantil: brincando com elementos da natureza	Dissertação	Pires (2019)
Corporeidade e natureza: experiência e percepção na infância	Dissertação	Silva (2019)
Na “teia da vida” eu, eles e a natureza: práticas pedagógicas sobre a natureza na Educação Infantil em Manaus	Dissertação	Souza (2019)
Ensino de ciências e Educação Infantil: um estudo pautado na reprodução interpretativa e cultura da infância	Artigo	Iglesias e Silveira (2019)
Sobre os direitos naturais das crianças: uma experiência com a cozinha de lama em uma escola infantil brasileira	Artigo	Marques e Pires (2021)

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (Brasil, 2025).

O quadro apresenta o título, o tipo de publicação e os autores das 16 pesquisas selecionadas que tratam da relação criança e natureza na Educação Infantil. Os 7 artigos selecionados foram elaborados pelos autores Elali (2003); Abramowicz, Levcovitz e Rodrigues (2009); Monteiro e Rodrigues (2015); Silva e Almeida (2016); Tiriba (2017); Iglesias e Silveira (2019); e Marques e Pires (2021). As teses são de Ruffino (2012) e Santos (2016); as dissertações são de Piorski (2013), Lima (2015), Rossi (2018), Pires (2019), Silva (2019), Souza (2019) e Weirich (2015), cujas pesquisas tratam da temática. A seguir, as análises são apresentadas.

As pesquisas elegidas trabalharam sobre a relação da criança com a natureza na Educação Infantil considerando aspectos teóricos, conceituais e legais, bem como práticas de professores. As discussões teóricas, conceituais e legais foram abordadas em Abramowicz, Levcovitz e Rodrigues (2009); Ruffino (2012); Silva e Almeida (2016); Tiriba (2017); Iglesias e Silveira (2019). As pesquisas de Santos (2016) e Pires (2019) mesclaram as discussões legais com a apresentação de práticas para professores da Educação Infantil. Elali (2003); Piorski (2013); Lima (2015); Weirich (2015); Monteiro e Rodrigues (2015); Rossi (2018); Souza (2019); e Silva (2019) apresentaram possibilidades de práticas para a Educação Infantil que proporcionam a relação da criança com a natureza.

Emergiram categorias da análise das pesquisas sobre a relação criança e natureza na Educação Infantil, as quais, segundo Bardin (2015), surgem a partir de um processo de análise do material, no qual os dados são organizados em unidades de sentido que compartilham características comuns, permitindo a construção de núcleos temáticos que revelam aspectos centrais do objeto de estudo. Nas pesquisas analisadas puderam ser percebidos os seguintes núcleos temáticos: a cultura das crianças em cidades na contemporaneidade; a criança cidadã de direitos; a relação criança e natureza na Educação Infantil. Tais enfoques tratam a relação criança e natureza na Educação Infantil pautando-se na relevância de espaços, tempos, matérias/materialidades, a cultura científica e cultural das infâncias. Esses enfoques estão em consonância com o entendimento de Tiriba (2017) no que se refere ao fato de pesquisas com a temática da relação criança e natureza abordarem direitos, a cidadania-democracia-natureza; a qualidade de vida que permeia passar mais tempo com/e na natureza. Tais perspectivas, exploradas nas pesquisas selecionadas, possibilitaram ampliar conhecimentos, discussões, reflexões e diálogos para fomentar horizontes favoráveis em vivências e experiências positivas no cotidiano da cultura das infâncias e reconhecer que “eu ↔ nós ↔ mundo” é natureza (Tiriba, 2017), é “Gaia, a Terra Mãe” (Latour, 2019).

A CULTURA DAS INFÂNCIAS EM CIDADES NA CONTEMPORANEIDADE

A cultura das infâncias em cidades urbanizadas evidencia a separação radical entre seres humanos e natureza. A presença da globalização, do antropocêntrico e do sistema capitalista do mundo moderno caracteriza a dicotomia entre diversidade de culturas e biodiversidade. Como salientam Tiriba (2017), Silva (2019) e Souza (2019), nessas circunstâncias, muitas crianças estão afastadas da natureza, principalmente nos grandes centros urbanos, pois brincam e interagem cada vez menos com o mundo natural.

Nesse contexto urbano contemporâneo, parte das crianças estão crescendo dentro de uma crise causada pelo sistema capitalista, que proporciona pouca interação com a natureza. Rossi (2018) explica que os meios de produção do trabalho humano e a acumulação exponencial do capital e dos recursos naturais promovem a extração dos recursos da natureza. Souza (2019) alerta para a relação exploratória da natureza em satisfazer às necessidades antropocêntricas. Nesse sentido, percebe-se que crianças estão se desenvolvendo nesse cenário de lógica de acumulação e do consumismo, que resulta na extração insustentável dos recursos naturais. Essa compreensão corresponde à dualidade seres humanos e natureza em que as crianças estão crescendo.

Na atualidade brasileira, é cada vez mais comum na cultura das infâncias as crianças perderem a relação com a natureza. Piorski (2013), Tiriba (2017) e Rossi (2018) destacam que a rua já não é um local de convivência seguro, a arquitetura das construções prioriza prédios e apartamentos que impossibilitam a brincadeira da criança com a chuva, no jardim, no vento, nas árvores, com a joaninha, no sol e com o noturno. Os adultos, sem consciência de suas ações, oferecem para as crianças as telas, com a finalidade de “[...] distraí-las, provocando além do hipnotismo, ansiedade, dependência e a retirada da oportunidade de interagirem e usufruírem de outras experiências em que possam ser mais ativas e criativas” (Friedmann, 2020, p. 104). Nessa dinâmica, as crianças passam muito tempo confinadas entre quatro paredes, muitas vezes em frente às telas, diante de TVs, smartphones, jogos de computador, videogames, tablets, notebooks e outros eletrônicos que assumem o papel de entretelas, tornando-as, muitas vezes, receptores passivos.

Nessa ausência de relação com a natureza e a desenfreada exposição às tecnologias digitais, como destaca Silva (2019, p. 21), “[...] as crianças podem sofrer um atraso em seu desenvolvimento físico”, uma vez que “[...] a qualidade da corporeidade depende dos estímulos recebidos na infância, e nada melhor para a criança do que brincar ao ar livre”, aproveitando a natureza, com gramados, árvores, relevos, animais, rochas, vento, água, e outros elementos que a natureza oferece. O contexto socioambiental das metrópoles e dos grandes centros urbanos distancia a infância do mundo natural e das brincadeiras e interações em espaços físicos com elementos naturais.

Contudo, essa problemática tem inquietado parte da sociedade. Pela inquietação em estabelecer aproximações com o mundo natural, a sociedade busca soluções que modifiquem as estruturas capitalistas, materializando uma nova concepção de ser, pensar e agir na democracia. Enfatiza-se o foco na construção de saberes, inserindo crianças e seres no coletivo para a instrumentalização, emancipação e tomada de decisões que desestruturam relações opressoras às quais estão submissos, como desvelam Tiriba (2017) e Latour (2019). Entre as soluções, no entendimento de Tiriba (2017), o coletivo – que busca respostas no “ser, pensar e agir” na democracia – deve convocar as crianças à participação, ao considerar que também são atores sociais de direitos, [e] é responsabilidade, também das escolas, ajudá-las a se estabelecerem como geração de mudanças. Ao abordar a criança em seus contextos institucionais (a escola por exemplo), Elali (2003), Lima (2015), Monteiro e Rodrigues (2015), Santos (2016), Silva e Almeida (2016), Tiriba (2017), Pires (2019) e Souza (2019) evidenciam a emergência de se repensar o atual modelo socioambiental e socioeducacional em que as crianças e a cultura das infâncias estão inseridas.

Para repensar a cultura das infâncias, é necessário pensar na promoção de experiências significativas de contato com a natureza. Tiriba (2017) ressalta a relevância de políticas públicas que considerem a saúde ambiental na infância, reconhecendo o impacto positivo da imersão na natureza no desenvolvimento socioemocional das crianças. Louv (2016, p. 29) destaca que os espaços e momentos de interação com a natureza oferecem uma cura para problemas como o “transtorno do déficit de natureza”, estimulando a criatividade e promovendo o desenvolvimento sensorial e perceptivo. Nessa perspectiva, faz-se necessário conceber políticas e práticas que valorizem e promovam o acesso das crianças a ambientes naturais.

¹ “Transtorno do déficit de natureza”: Embora não se trate de um diagnóstico clínico, Louv (2016) chama a atenção para os efeitos negativos da falta de interação das crianças com espaços naturalizados no seu desenvolvimento físico, emocional e cognitivo. O excesso de telas digitais, a urbanização e a sobrecarga de atividades estruturadas contribuem para o aumento da obesidade infantil, do déficit de atenção, da ansiedade, da depressão, além de prejudicarem a criatividade, a imaginação e o vínculo com ambientes naturais. O conceito não é uma patologia médica, mas uma crítica sociocultural à crescente desconexão entre as crianças e a natureza, destacando a importância das vivências com os elementos naturais no cotidiano infantil.

Em uma nova perspectiva, é preciso assegurar os direitos das crianças e sua relação com a natureza numa reinvenção dos centros urbanos, com o envolvimento de variadas áreas do conhecimento. O planejamento urbano sustentável para a reinvenção das cidades, levando em conta os direitos das crianças com a natureza, é recomendado por Elali (2003), Lima (2015), Monteiro e Rodrigues (2015), Silva e Almeida (2016), Santos (2016), Tiriba (2017), Rossi (2018), Pires (2019), Silva (2019) e Souza (2019). Tal planejamento urbanísticos deve ser elaborado em colaboração “[...] com arquitetos, urbanistas, designers, paisagistas, pediatras e veterinários”, assim como “[...] deve orientar a maneira como as salas de aula são concebidas, as casas são construídas e os bairros são organizados” (Louv, 2016, p. 75). No entendimento de Souza (2019), essa remodelação e construção, que proporcionam cidades ecológicas e sustentáveis, respeitam os direitos das crianças desde a primeira infância, além de envolver questões como cidadania, democracia e política planetária. Nessa reconstituição das cidades, as crianças, asseguradas em seus direitos, brincam e interagem com e na natureza. Ademais, participam como atores sociais das tomadas de decisões em uma sociedade democrática, aprendem como tornar as cidades ecologicamente sustentáveis, a respeitar a natureza e todas as formas de vida — humana e não humana — incluindo relações de cuidado com a Terra e a sabedoria dos povos que promovem o bem-estar da sustentabilidade planetária.

O respeito à cultura das infâncias e os direitos das crianças com a natureza possibilitam dar acesso à equidade na igualdade, religando ciclos da natureza e seus seres em continuidade. Para isso, as instituições educacionais podem ajudar a promover essa equidade na emergência planetária. Na Educação Infantil, com a situação atual da sociedade sob interesse do mercado e aos moldes do sistema capitalista, urbano, industrial e patriarcal, as crianças precisam ir além dos princípios éticos, democráticos, estéticos, solidários e políticos para respeitar o direito da Terra. Segundo Morin (2021), a educação na Era Planetária deve cultivar uma consciência global e uma ética solidária, formando sujeitos capazes de agir com responsabilidade diante das interdependências e desafios do mundo contemporâneo. De acordo com Pires (2019), Tiriba (2017) e Latour (2019), viver a sustentabilidade da vida no planeta requer reunir o coletivo — incluindo as instituições educacionais — para superar a massificação, o consumismo imposto pelo mercado, a fragmentação da realidade e o conhecimento simplista. Isso implica articular a complexidade de saberes e relações que distinguem as dificuldades impostas pela globalização, bem como identificar a ética planetária sob a ótica da Terra. Com esse propósito, as instituições educacionais necessitam proporcionar práticas de aprendizagem que envolvam relações entre a criança e a natureza, exercendo ação-reflexão-ação na criticidade ao cuidar do lugar que habitam e pertencem para uma existência territorial comprometida com a sustentabilidade da vida na Terra. Discutir a Educação Infantil na Era Planetária e Digital é essencial, pois vivemos em um mundo natural do qual dependemos profundamente. Por essa razão, encontrar formas de viver em harmonia e sintonia com a natureza deve ser um objetivo primordial da educação desde os primeiros anos.

A CRIANÇA CIDADÃ DE DIREITOS

As pesquisas selecionadas reconhecem esforços governamentais na garantia de direitos das crianças e sua relação com a natureza. Segundo Friedmann (2020, p. 18), as novas circunstâncias da sociedade brasileira dos séculos XX e XXI impulsionaram investimentos na educação, concretizando projetos e “[...] programas governamentais, estaduais ou municipais [que] têm sido oferecidos nos mais diversos espaços, ambientes e organizações, assim como uma rede de mobilização e campanhas defendendo os direitos na área da infância”. Ruffino (2012), Tiriba (2017) e Pires (2019) reiteram que novas ações têm trazido esforços e recursos para aprimorar, ampliar e adequar políticas públicas, nacionais e internacionais, em benefício das crianças, dos seus direitos e das infâncias em contextos de culturas diversas. Contudo, Piorski (2013), Tiriba (2017) e Friedmann (2020) atestam a necessidade de ampliar e avançar na garantia de direitos das crianças, a fim de efetivar a cidadania dos atores sociais com participação democrática em diversos espaços e instâncias.

Ainda que a Constituição Federal de 1988 seja um marco legal na temporalidade histórica, é fundamental dar visibilidade aos direitos das crianças e constituí-las como cidadãos que exercem cidadania em sociedade democrática. Assim, faz-se necessário respeitar suas

infâncias, assegurar seus direitos e cobrar dos adultos, da família, da sociedade, do Estado e das instituições que atendem à modalidade da Educação Infantil a responsabilidade de protegê-las. Marques e Pires (2021, p. 330) relatam que:

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece a educação como um direito de todos, contudo, em se tratando de crianças, garantir o seu direito à educação não significa escolarizá-las e mantê-las “emparedadas” dentro de salas de aula, considerando esse espaço como sendo “o lugar” de aprendizagens. Conforme a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação e o lazer são direitos das crianças brasileiras que devem ser assegurados pela família, pela sociedade em geral e pelo poder público.

Considerando o encantamento que as crianças têm ao estarem com a natureza, faz-se emergente garantir que se cumpram os seus direitos, conforme explicitam a Constituição da República Federativa (Brasil, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Brasil, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

A existência dos documentos legais balizadores para a Educação Infantil, desde 1988 até 2014, não regulamentam as lacunas existentes na relação entre criança e natureza. Marques e Pires (2021, p. 329) atestam que os currículos precisam ser reelaborados para que garantam “[...] que as crianças vivam plenamente sua infância na escola, garantindo o direito de brincar na/ com a natureza”. Rossi (2018) incrementa sobre a necessidade de repensar as edificações das instituições educacionais, uma vez que as atuais construções não proporcionam o reconhecimento das crianças como atores sociais de direitos, que constroem significados e ampliam suas aprendizagens nas relações de experiência vivenciadas com a natureza. Tiriba (2017) e Pires (2019) igualmente delatam que algumas instituições educacionais negam os direitos das crianças com a natureza ao pavimentar seus espaços, aderir à cultura artificial e plastificada em plantas, brinquedos, acessórios, materiais, mobiliários, louças, entre outros. Elali (2003) e Pires (2019) mencionam sobre a necessidade de se estabelecer relações de convivência e parcerias entre as famílias das crianças e as instituições de ensino. Dessa forma, para além dos documentos legais, na Educação Infantil é necessário repensar currículos, edificações, materiais utilizados e o estabelecimento de maiores relações entre os profissionais da educação e as famílias em prol dos direitos das crianças de vivenciar experiências com e na natureza.

Uma forma de avançar na garantia de direitos das crianças pode ser concretizada por meio do aprendizado com elementos naturais na Educação Infantil. Na via contrária a essa interação entre criança e natureza estão muitas das instituições de Educação Infantil, que conspiram contra os direitos das crianças ao promover tempo e “[...] espaços rígidos para aprender, brincar e interagir” (Marques; Pires, 2021, p. 329). De acordo com Tiriba (2017) e Pires (2019), o aprendizado das crianças com elementos naturais bióticos e abióticos é uma relação profunda entre seres, que atravessa o conhecimento, a ignorância e o mistério. Assim, o espaço e tempo da Educação Infantil deve proporcionar a aproximação das crianças com o ambiente natural, para tanto, os currículos e as edificações dessas instituições precisam ser reelaborados.

A Educação Infantil, no entendimento dos autores pesquisados, tem responsabilidade na formação da cidadania. Para Tiriba (2017), a instituição da Educação Infantil é participativa na construção da cidadania planetária, pois visualiza possibilidades ao construir conhecimentos com as crianças, atores sociais que dão suporte a práxis diária com a natureza. Souza (2019) complementa que a prática docente promoverá o reconhecimento empírico e científico oriundo das atividades desenvolvidas no ambiente institucional escolar, assim como das experiências trazidas pelas crianças em interação com suas famílias. Ao possibilitar a relação da criança com a natureza na Educação Infantil, tal processo contribui para a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente.

Para ir além da responsabilidade da instituição escolar, alguns autores tratam da corresponsabilidade entre a instituição de Educação Infantil e a família na formação cidadã da criança. Elali (2003) exemplificam parcerias entre instituições educacionais e as famílias das crianças na organização de práticas e propostas pedagógicas que visam unir esforços para a garantia de uma educação básica que respeite os direitos das crianças de viver sua

integridade e dignidade humana desde a infância. Tiriba (2017) e Pires (2019) complementam que o coletivo pode exercer, com compromisso ético e socioambiental, transformações válidas à integridade e dignidade ao bem comum, por meio de ações colaborativas e dialógicas atreladas aos direitos das crianças, dos humanos, dos não humanos e do mundo natural. Nesse sentido, observa-se a necessidade de todos na efetivação e garantia dos direitos das crianças assim como sua relação com a natureza.

A RELAÇÃO CRIANÇA E NATUREZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

As conexões entre os humanos e o ambiente natural fortalecem os elos com a vida na Terra. Tais conexões se desenvolvem por meio das experiências das crianças ao se envolverem em brincadeiras e interações com a diversidade socioambiental. No entendimento de Tiriba (2017), quase que de modo inato, as crianças desejam estar e conectar-se com a natureza. De acordo com Latour (2019), demanda-se reconhecer que os adultos corroboram ou impedem a relação entre criança e natureza. Por isso, cabe respeitar e proporcionar o atendimento desse anseio da criança em relacionar-se com a natureza.

Na relação da criança com a natureza, as crianças podem compreender que são parte dela e que precisam cuidar e preservar para o bem-estar do mundo natural. Para tanto, essa relação criança com a natureza necessita ser pensada, a fim de promover a democracia, a solidariedade, a cooperação, a inclusão, a pluralidade, a justiça social e a sustentabilidade, restaurando o socioambiental na trama da sustentabilidade e cidadania planetária, como salienta Latour (2019). Nesse processo, as crianças podem apreender que fazem parte de uma sociedade que oportuniza sua atuação, dando vez e voz, e que o todo compõe a identidade *nós* no mundo.

Outra forma de viver em conexão com o mundo natural deve ser incitada na relação da criança com a natureza. De acordo com Tiriba (2017), Santos (2016), Silva (2019) e Souza (2019), essa maneira alternativa abrange redesenhar caminhos de convivência entre seres humanos – não humanos – natureza, que favorecem a sustentabilidade de todas as formas de vida e simultaneamente incluem árvores, rios, montanhas, humanos, peixes, plantas, insetos, fungos, pássaros, baleias, entre outros elementos bióticos e abióticos. Lima (2015) e Pires (2019) salientam a vivência das experiências com a natureza, valorizando a formação humanizadora que abrange os direitos das crianças com olhar para práticas que valorizam saberes, pesquisas, aprendizagens necessárias para o seu desenvolvimento integral, pois a natureza é a cultura que as constitui. Nessa forma repensada da relação da criança com a natureza, as instituições de Educação Infantil precisam assegurar os direitos das crianças de vivenciar investigações com elementos naturais.

Na Educação Infantil, essa relação se determina pelas vivências e experiências do cotidiano, a fim de estabelecer convivências solidárias, colaborativas, respeitosas e amigáveis ao brincar e interagir com os elementos naturais. Lima (2015), Silva e Almeida (2016), Tiriba (2017), Rossi (2018), Pires (2019), Souza (2019) e Silva (2019) abordam a relação criança e natureza em âmbitos da Educação Infantil e apresentam possibilidades de interações com elementos naturais. Essas práticas precisam envolver brincadeiras e interações com o fogo, o vento, a água, a terra e areia molhada; observar os pássaros e seus ninhos; caminhar, escalar, subir, trepar em árvores e correr com os pés descalços na vegetação; sentir os cheiros, as texturas, a temperatura e proporções das plantas, das folhas, dos gravetos, das pedras, entre outros elementos; fazer misturas utilizando as miudezas encontradas; criar coleções com pedras, sementes, cascas de insetos, realizando comparações, contagem, correspondência termo a termo; cuidar de jardins, horta e pomares com os utensílios da jardinagem; fazer poções, chás, quitutes, bolos e outras comidinhas utilizando os utensílios de cozinha, a partir da criatividade do imaginário criador que atua nas transformações físicas e mentais. A Educação Infantil que possibilita a relação criança e natureza entende a importância da experiência do corpo vivenciado com os elementos naturais. Tais experiências podem ser oportunizadas na práxis pedagógica por meio de brincadeiras e interações com elementos naturais.

As brincadeiras e interações, oriundas da relação criança com a natureza, oportunizadas na Educação Infantil, corroboram com a cultura científica e enriquecem a cultura da infância. No entendimento de Ruffino (2012), o brincar e o interagir na relação criança e natureza despertam

nas crianças aproximações entre realidade e imaginação, oportunizando experiências com elementos naturais que não anulam a cultura das infâncias e a cultura científica. Por meio das brincadeiras e interações com elementos naturais, as crianças podem potencializar a imaginação criadora, uma vez que essas práticas permitem a conexão com outras realidades e culturas do mundo, como salientam Ruffino (2012) e Piorski (2013). Ao fantasiar com o mundo natural, as crianças se formam, se refazem e ressignificam as percepções e existências de pertencimento socioambiental. As brincadeiras e interações na relação criança e natureza constroem saberes, limites, cuidado, respeito, vínculo e emancipação.

A criatividade que emerge da relação da criança com a natureza na Educação Infantil igualmente foi discutida nas pesquisas selecionadas. Elucidada por Piorski (2013, 2016), a criatividade da imaginação criadora das crianças potencializa seus processos investigativos em contextos para as construções de conhecimentos necessários à compreensão interior e exterior de si, ao interagir com os outros e com o mundo. A criatividade das crianças em relação com contextos e elementos naturais na Educação Infantil foi investigada e interpretada por Ruffino (2012), Iglesias e Silveira (2019), que atestaram que tal relação não ocorre de modo apático. Ao procurar as respostas que instigam a curiosidade investigativa, são promovidas a compreensão, a interpretação, a reflexão e o posicionamento. A relação criança e natureza nunca é passiva, mas dinâmica, transformadora e inclusiva, é criativa e opera uma complexidade de relações.

A relação das crianças com a natureza é o deslumbramento de novos significados, já que elas descobrem potencialidades investigativas nos ambientes que ampliam seu repertório de experiências com o corpo e o território. Crianças, como todos os humanos e não humanos, são fluidez da natureza, o que requer a dinâmica em ação que potencializa o diálogo, a experimentação, a investigação, a pesquisa, a criatividade e a imaginação, além da criação poética com o mundo natural, como atesta Pires (2019). O cotidiano da Educação Infantil deve compreender que o corpo das crianças é movimento e por isso é preciso promover a comunhão das crianças com a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram analisadas 16 publicações científicas que tratam da relação criança com a natureza. A análise dessas pesquisas disponibilizadas no Portal de Periódicos da CAPES oportunizou identificar que, sob perspectivas teóricas/conceituais, legais e práticas docentes, as publicações deram enfoque à cultura das crianças em cidades na contemporaneidade; à criança cidadã de direitos; e à relação criança e natureza na Educação Infantil.

Acerca da cultura da infância na contemporaneidade, as pesquisas refletiram sobre os desafios enfrentados nos centros urbanos em oportunizar a relação das crianças com a natureza. Entre os desafios, encontram-se a necessidade de romper com a lógica capitalista do consumismo e da relação exploratória dos recursos naturais que estabelece uma dicotomia entre humanos e a natureza. Ademais, a cultura da infância nos centros urbanos está permeada pelo uso excessivo de tecnologias digitais, promovida em ambientes edificadas e na ausência da relação da criança com a natureza. Para mudar esse cenário, as pesquisas revelam que é necessário repensar a cultura das infâncias por meio de políticas públicas e práticas coletivas que oportunizem o acesso das crianças a ambientes naturais.

Sobre a criança cidadã de direitos, as pesquisas desvelaram que as leis apresentam lacunas na garantia do direito da relação da criança com a natureza. As publicações expõem a necessidade de ampliar e materializar os direitos das crianças em estar em contato com elementos naturais e revelam a indigência de repensar as instituições de Educação Infantil (currículos, edificações, práticas docentes etc.) no intuito de promover a experimentação da natureza. A real vivência do direito da criança em estar com a natureza na Educação Infantil promove a formação de cidadãos conscientes e empenhados com a preservação do meio ambiente.

No que tange à relação da criança com a natureza na Educação Infantil, as pesquisas revelam o anseio inato pela interação com a natureza, indicando que essa vivência deve ser oportunizada nas instituições escolares. Nas instituições de Educação Infantil, os direitos das crianças podem ser assegurados nas experiências com elementos naturais, podendo tais crianças

compreender que são membros de uma sociedade que incentiva sua participação por meio da expressão de suas opiniões. Tais experiências são favorecidas na Educação Infantil por meio de práticas pedagógicas que envolvem brincadeiras e interação da criança com a natureza e seus elementos. Essas práticas oportunizam para a criança a criatividade e a cientificidade ao estabelecer relações entre a realidade e a imaginação.

Ressalta-se a necessidade de se fazer um inventário das publicações em outras línguas (espanhol e inglês) a fim de localizar outros subsídios sobre a temática. Considera-se que podem existir outras pesquisas que não estavam disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES no momento da coleta de dados. Faz-se necessário que mais pesquisadores abordem e apliquem práticas docentes que proporcionem às crianças o direito da relação com a natureza. Contudo, destacamos as contribuições advindas das 16 publicações analisadas, que abordaram o imperativo de políticas públicas e práticas educacionais que incentivem e facilitem o acesso das crianças à natureza, visando não apenas o desenvolvimento pessoal, mas a consciência ambiental e cidadania ativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A.; LEVCOVITZ, D.; RODRIGUES, T. C. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 179-197, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/cfMLxpmmX6VCvsq5WHFGfjg/?format=pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.
- ARAÚJO, V. O papel dos periódicos na publicação de dados de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 86, p. 7-9, 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n86-00>.
- <bok>BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Portugal: Edições 70, 2015.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 24 mar. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2025.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Portal de Periódicos CAPES/MEC**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 16 maio 2025.
- ELALI, G. A. O ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em Educação Infantil. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 8, n. 2, p. 309-319, 2003. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200013>.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.
- FRIEDMANN, A. **A vez e a voz das crianças**: escutas antropológicas e poéticas das infâncias. São Paulo: Panda Books, 2020.
- IGLESIAS, T. G.; SILVEIRA, C. Ensino de ciências e Educação Infantil: um estudo pautado na reprodução interpretativa e cultura da infância. **Actio Docência em Ciências**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 572-593, 2019. DOI: <http://doi.org/10.3895/actio.v4n3.10609>.
- LATOUR, B. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. São Paulo: EDUSC, 2019.
- LIMA, I. B. **A criança e a natureza**: experiências educativas nas áreas verdes como caminhos humanizadores. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/214>. Acesso em: 16 maio 2025.
- LOUV, R. **A última criança na natureza**: resgatando nossas crianças do transtorno do déficit de natureza. São Paulo: Aquariana, 2016.
- MARQUES, C. M.; PIRES, A. P. L. Sobre os direitos naturais das crianças: uma experiência com a cozinha de lama em uma escola infantil brasileira. **Runa**, Buenos Aires, v. 43, n. 1, p. 327-346, 2021. DOI: <http://doi.org/10.34096/runa.v43i1.10165>. Disponível em: <https://doaj.org/article/83eb9c6cd2a540c7a29babc139609b77>. Acesso em: 16 maio 2025.

MONTEIRO, J. A.; RODRIGUES, J. Os espaços externos como possibilidade de múltiplas experiências na Educação Infantil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 17, n. 32, p. 264-278, 2015. DOI: <http://doi.org/10.5007/1980-4512.2015n31p264>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/view/1980-4512.2015n31p264>. Acesso em: 16 maio 2025.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

PIORSKI, G. **O brinquedo e a imaginação da terra**: um estudo das brincadeiras do chão e suas interações com o elemento fogo. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4231?locale=pt_BR. Acesso em: 16 maio 2025.

PIORSKI, G. **Brinquedos do chão**: a natureza, o imaginário e o brincar. São Paulo: Peirópolis, 2016.

PIRES, A. P. L. **Implantação de uma cozinha de lama na escola de Educação Infantil**: brincando com elementos da natureza. 2019. 66 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2019. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/?dissertacao=implantacao-de-uma-cozinha-de-lama-na-escola-de-educacao-infantil-brincando-com-elementos-da-natureza>. Acesso em: 16 maio 2025.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 16 maio 2025.

ROSSI, A. C. S. **Ensino de ciências e arte**: um debate necessário na formação de professores da Educação Infantil. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018. Disponível em: <https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/5848>. Acesso em: 16 maio 2025.

RUFFINO, S. F. **O diálogo entre aspectos da cultura científica com as culturas infantis na Educação Infantil**. 2012. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2278?show=full>. Acesso em: 16 maio 2025.

SANTOS, Z. C. W. N. **Criança e a experiência afetiva com a natureza**: as concepções nos documentos oficiais que orientam e regulam a Educação Infantil no Brasil. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2016.

SILVA, J. A. P. **Corporeidade e natureza**: experiência e percepção na infância. 2019. 83 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/50795402/Corporeidade_e_natureza_experi%C3%Aancia_e_percep%C3%A7%C3%A3o_na_inf%C3%A2ncia_Corporeity_and_nature_experience_and_perception_in_childhood_Autora_J%C3%A9ssica_Aparecida_Porfirio_da_Silva_. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA, M. G. M.; ALMEIDA, F. J. Educação Infantil: a cidade, o currículo, a cultura digital. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 11, n. 2, p. 589-603, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8608>. Acesso em: 16 maio 2025.

SOUZA, R. M. **Na “teia da vida” eu, eles e a natureza**: práticas pedagógicas sobre a natureza na Educação Infantil em Manaus. 2019. 230 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

TIRIBA, L. A. Educação Infantil como direito e alegria. **Laplage em Revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 72-86, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756521008/552756521008.pdf>. Acesso em: 16 maio 2025.

WEIRICH, L. M. **Formação e assimilação de conceitos científicos com abordagem da educação ambiental na Educação Infantil**. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1346>. Acesso em: 16 maio 2025.

Contribuições dos autores

DFM: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise de dados, Redação do manuscrito original. AFMR: Conceitualização, Metodologia, Visualização, Redação do manuscrito original, Validação. VER: Redação - revisão e edição, Aprovação da versão a ser submetida.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara